

EDIÇÃO NÚMERO 04 • 09 DE JULHO 2020

BOLETIM DIGITAL

SINDILEX

EM AÇÃO

RETOMADA DAS
ATIVIDADES NO
TCM E NA CMSP

ACOMPANHE AS AÇÕES DO SINDILEX



COMUNICADOS



- **Ofícios SINDILEX nº 030/2020 e 031/2020**

Ambos encaminhados à Câmara Municipal solicitam medidas profiláticas face à retomada das atividades como realização de testagem dos servidores em serviços presenciais, verificação de temperatura corporal com presença de PM ou GCM e fiscalização do uso obrigatório da máscara.

[Clique e veja a cópia do Ofício 030/2020](#)

[Clique e veja a cópia do Ofício 031/2020](#)

- **Ofício SINDILEX nº 032/2020
(protocolo ETCM 007965/2020)**

Encaminhado ao TCM, solicitando que seja realizada atualização dos valores dos benefícios de auxílio saúde, alimentação e refeição, conforme os índices previstos nos itens da Data-Base/2020.

[Clique e veja a cópia do Ofício](#)

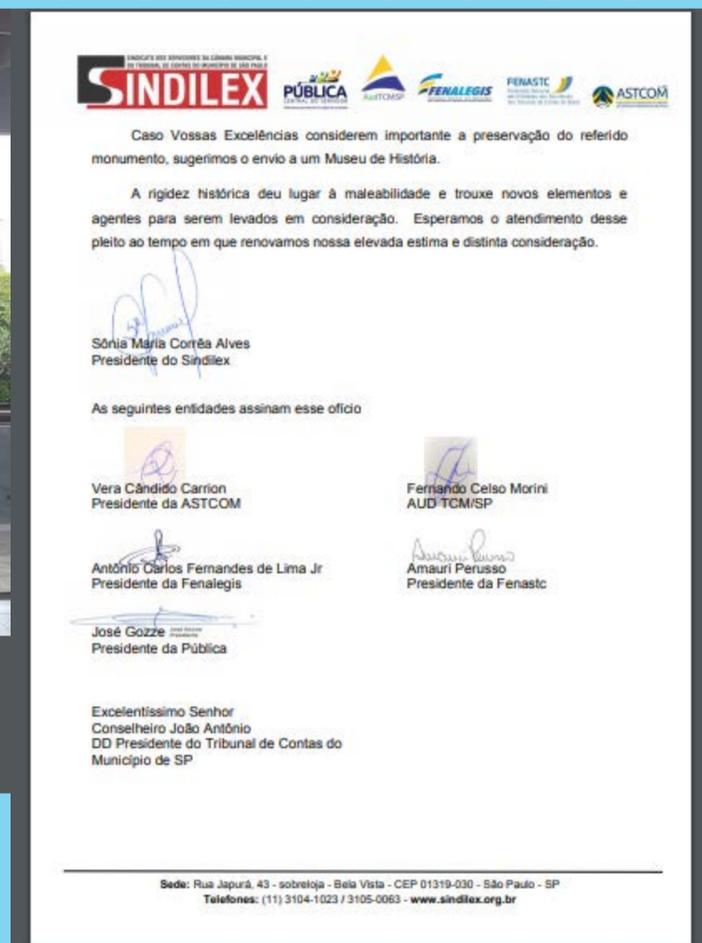


- **Ofício SINDILEX nº 033/2020
(protocolo ETCM 008112/2020)**

Encaminhado ao TCM, solicita “a remoção da placa em homenagem aos generais da ditadura militar, por se tratar de uma condecoração que não faz jus ao nosso Estado Democrático de Direito e, portanto, não cabendo dentro dessa Egrégia Corte de Contas”.

Tal placa situa-se na esplanada do Tribunal de Contas do Município de São Paulo e é símbolo dos tempos sombrios da história do Brasil, quando as liberdades democráticas e de expressão, bem como os direitos civis foram suprimidos.

Assinaram conjuntamente: Astcom, Audtcm, Fenastc, Fenalegis e Pública.



[Clique e veja a cópia do Ofício](#)



- **Nota de repúdio à Fiesp**

Manifestação de repúdio à campanha de mídia, veiculada na TV aberta, promovida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Nessa campanha, a Fiesp declarou guerra aos servidores públicos, pegando carona na ofensiva do governo federal, para colocar mais ainda os parlamentares e a população contra os trabalhadores do setor público, responsabilizando os servidores pelo desemprego e pela miséria que se aprofundam durante a pandemia do novo coronavírus.

[Clique e veja a íntegra da Nota](#)

- **Reunião com a Presidência do TCM**

No dia 06/07/2020, foi realizada reunião por videoconferência entre a Presidência e entidades dos servidores, tendo como pauta a retomada do trabalho no TCM. Estiveram presentes o presidente do TCM, conselheiro João Antonio, a chefe de gabinete, Angélica Fernandes, o Secretário Geral, Ricardo Panato, além dos representantes da categoria Sônia Alves e Daniel Santos (Sindilex), Eduardo Carrion (Astcom) e Fernando Morini (Audtcm).

A direção do TCM comunicou os protocolos de segurança e proteção que estão sendo adotados. O Sindilex e as outras entidades apresentaram apontamentos e sugestões. Ao final, o presidente do TCM informou que irá ouvir novamente os representantes da categoria antes do retorno às atividades, quando a direção estiver totalmente pronta para voltar a programação, inclusive das atividades de digitalização dos processos antigos.

[Clique e leia a íntegra da reunião](#)



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2020

Nosso plano para 2020 era o de intensa atuação e mobilização pelo atendimento da pauta de reivindicações do Sindilex.

Contudo, com a tragédia da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus que assolou o país e o mundo, com altíssimos níveis de contaminação e mortes na cidade de São Paulo, bem como o consequente fechamento da Câmara Municipal, eliminaram-se as condições de negociação dos itens dessa pauta. Além disso, a Câmara passou a priorizar a aprovação de projetos de lei relacionados ao enfrentamento da pandemia ou à agenda do Executivo Municipal, afastando a possibilidade de aprovação de qualquer matéria de reajustes.

Soma-se isso ao cenário municipal negativo, a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei Complementar 173/2020, que em seu art. 8º, incisos I e VI, veda a atualização de vencimentos e outros benefícios.

Dessa forma, a pauta de reivindicações de 2020, apesar de ter sido encaminhada para as direções da Câmara e do TCM (veja cópia dos encaminhamentos), ficou prejudicada.



PAINEL INTERATIVO: GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Evento online realizado pelo CRCSP, em parceria com o Sindilex. Presença de Miriam Pereira, que atuou como supervisora de Contratos no TCM-SP e do contador, consultor e auditor independente, José Maion, vice-presidente de Administração e Finanças do CRCSP. O encontro teve a mediação realizada pelo Agente de Fiscalização do TCMSP e diretor do Sindilex, Valmir Leôncio Silva.



**LIVE**

ORÇAMENTO DA SAÚDE E SUS EM TEMPOS DE COVID-19

Contou com os convidados Odilon Guedes, economista, professor e conselheiro do Corecon-SP, Dr. Jorge Kayano, médico sanitарista, pesquisador do Instituto Pólis e integrante da Rede Nossa São Paulo. Mediação de Daniel Santos, Agente de Fiscalização do TCMSP e vice-presidente do Sindilex.



**LIVE**

MENOS MERCADO MAIS CIDADANIA

Bate-papo online com Sônia Alves, economista, servidora da Câmara Municipal de SP e Presidente do Sindilex, Josué Martins, auditor do TCE-RS e Presidente do CEAPE-Sindicato, Sindicato dos Auditores do TCE-RS, com mediação de Marcos Alcyr, Vice-presidente da FENASTC e Diretor do Sindilex.



ACESSE [AQUI](#) O VÍDEO EM NOSSO CANAL NO  YouTube

**LIVE**

SERVIDOR É INIMIGO?

POR QUAIS MOTIVOS BOLSONARO E O MINISTRO PAULO GUEDES QUEREM COLOCAR UMA GRANADA NO BOLSO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS?

Bate-papo online com José Gozze, Presidente da Pública Central do Servidor, e Valter Pomar, Professor de Economia Política Internacional na Universidade Federal do ABC. Mediação de Sônia Alves, Presidente do Sindilex.



ACESSE [AQUI](#) O VÍDEO EM NOSSO CANAL NO  YouTube



QUESTÕES JURÍDICAS EM ANDAMENTO

- **SAMPAPREV no Judiciário**

Em 06/07, o Sindilex promoveu uma reunião entre os servidores e os advogados do escritório Innocenti Advogados, para tratar das ações envolvendo a Lei Municipal nº 17020/2018, que modificou o regime previdenciário dos servidores.

O sindicato é parte em dois processos: uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que visa reconhecer o direito de todos os integrantes da categoria a migrarem ao novo regime previdenciário e uma Ação Ordinária, envolvendo apenas os sindicalizados que aderiram à ação, a qual também pleiteia o direito à migração, mas com compensação das contribuições pretéritas.

Os advogados esclareceram que, no Órgão Especial do TJSP, já há um entendimento consolidado pelo direito à compensação das contribuições passadas, entendimento este demonstrado no âmbito da ADI do Sindilex.



Agora, a expectativa volta-se para o julgamento de um incidente de assunção de competência que tramita na Turma Especial de Direito Público, envolvendo servidores estaduais (associações de juízes, promotores etc.).

O objeto desse julgamento é o art. 40, parágrafo 16, da Constituição Federal. A discussão é se o dispositivo reconhece um direito do servidor a migrar ao novo regime previdenciário ou apenas dá prerrogativa à administração de viabilizar ou não esse direito. Os advogados informaram que a maioria das decisões tomadas nas câmaras de Direito Público são favoráveis aos servidores nesse assunto. Esse julgamento está agendado para o próximo mês de agosto.

- **Suspensão de atualizações de vencimentos**

A Lei Complementar 173/2020, recentemente sancionada pelo Governo Federal, em seu art. 8º, incisos I e VI, veda atualização de vencimentos e outros benefícios dos servidores públicos. A Pública - Central do Servidor, Central Sindical a que o Sindilex é filiado, obteve vitória em questionamento ajuizado no STF, por meio da ADI 6447.

[Clique para saber mais](#)





- **Ação Auxílio Saúde**
(Processo TJSP nº 1015019-06.2019.8.26.0053)

O Sindilex obteve vitória em primeira instância na ação que pleiteia a extensão do Auxílio Saúde para os servidores aposentados. Por se tratar de decisão contrária a órgãos públicos, o processo é obrigatoriamente remetido à segunda instância, para reexame pelo Tribunal de Justiça.

A Procuradoria do Município entrou com recurso, mas ainda não há decisão sobre seus efeitos, se ele terá efeito suspensivo ou não. Ou seja, se o recurso suspende a possibilidade de executar a sentença da 1ª instância.

Se houver esse efeito suspensivo, a execução só poderá ocorrer após a decisão em 2ª instância. Se não houver esse efeito suspensivo, os advogados poderão requerer a execução provisória para que o Auxílio Saúde seja pago antes da decisão em 2ª instância.



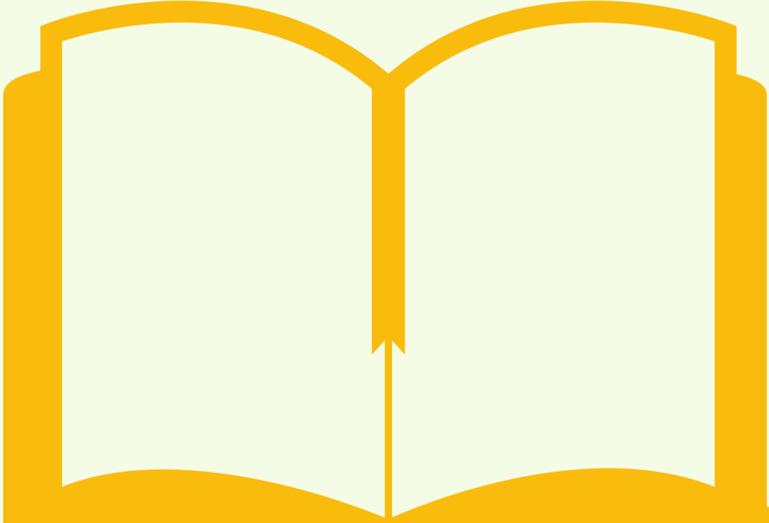


OUTROS ASSUNTOS

Suspensão de pagamentos de consignados

O Senado Federal aprovou o PL 1.328/20 de autoria do Senador Otto Alencar – PSD/BA, que estabelece a suspensão de pagamentos de consignados por 120 dias, uma reivindicação e mobilização da Conacate, confederação à qual o Sindilex é filiado. Atualmente, a Conacate está mobilizando para a aprovação desse projeto na Câmara Federal, tendo protocolado na última quarta-feira (01/07), o ofício solicitando apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, nessa aprovação. Tal medida beneficiará servidores públicos de todo o Brasil que estão com suas finanças comprometidas em razão da pandemia.

[Clique para saber mais](#)



SUGESTÃO DE LEITURA



LRF chega a 20 anos em busca de algum resgate da nossa humanidade

Por Élide Graziane Pinto

“A efeméride dos 20 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal (...) não mereceu maior celebração, talvez porque nosso tempo atual esteja marcado por profunda angústia e, sobretudo, medo.”

“A realidade brasileira se assemelha ao trágico cenário da 2ª Guerra Mundial: de um lado, há o risco de aceleração de centenas de milhares de mortes evitáveis pela pandemia da Covid-19; enquanto, de outro, impera o caos político decorrente da falta de coordenação nacional que nega respostas fiscais adequadas às crises sanitária, social e econômica em que nos encontramos.”



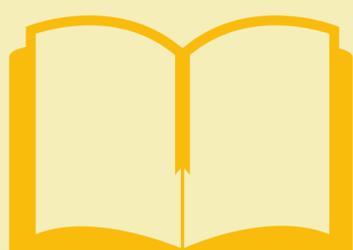
“Apontar restrições fiscais e econômicas para negar proteção a todos os cidadãos brasileiros em plena pandemia é agravar o risco da ocorrência de mortes evitáveis. Infelizmente, contudo, não se trata de fenômeno novo.”

“Desde 1988 e a pretexto de uma enviesada noção de responsabilidade fiscal, ajustes têm sido propostos sobre despesas primárias, como se elas, por definição, fossem um mal em si mesmo e como se nosso Estado precisasse ser encolhido ao mínimo espaço de garantia tão somente de liberdade e propriedade privadas.”

“Cínica e paradoxalmente, nenhum ajuste até agora foi feito em relação à falta de balizas mínimas para controlar as despesas financeiras, tampouco nenhuma reforma estrutural foi proposta quanto à nossa regressiva matriz tributária, ou ainda, quanto às renúncias fiscais e aos créditos subsidiados que fomentam nosso capitalismo de compadrio.”

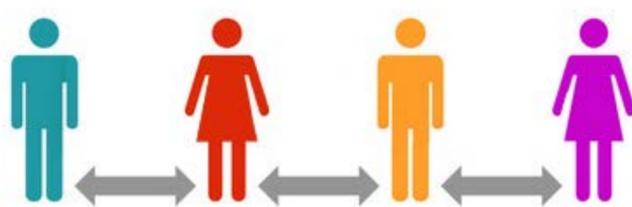
“Estamos todos diante desse mar pandêmico que traz o risco iminente de um tsunami de mortes, mas alguns se recusam ao desafio de nos salvarmos uns aos outros. Que não usem a LRF, porém, como pretexto egoísta para se ausentarem do próprio dever de humanidade.”

[Clique para ler a íntegra](#)





INSCREVA-SE NO NOSSO CANAL NO  YouTube



RESPEITE O DISTANCIAMENTO SEGURO!



USE MÁSCARA. PROTEJA-SE E PROTEJA OS OUTROS!

EXPEDIENTE

Boletim Digital Sindilex em Ação é uma publicação do Sindilex
e-mail: sindilex@sindilex.org.br
Redação: Diretoria do Sindilex // Diagramação: Agência Daya